

37º Encontro Anual da ANPOCS

23 A 27 DE SETEMBRO DE 2013

Águas de Lindóia - SP

ST3 - Teoria e prática das relações Sul-Sul

O NOVO PARADIGMA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA MUDOU A NATUREZA DAS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS?

ELIZABETH MACIEL BARROS

Professora Mestre em Ciência Política (IUPERJ)

Faculdade Metropolitana da Amazônia

betheconomista@gmail.com

ROBERTO RIBEIRO CORRÊA

Professor Doutor em Ciência Política (IUPERJ)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UFPA

rocorrea@uol.com.br

Belém – Pará – Brasil

Agosto de 2013

O NOVO PARADIGMA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA MUDOU A NATUREZA DAS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS?

Elizabeth Maciel Barros (Mestre em Ciência Política/IUPERJ)
Roberto Ribeiro Corrêa (Doutor em Ciência Política/IUPERJ)

RESUMO

O objeto deste artigo é o comportamento do Brasil nas arenas globais, tendo por indução cognitiva suas relações com os Estados Unidos e com a China no período 2008-2012, consubstanciadas nas vinculações comerciais justapostas às políticas externas em associação com as tratativas diplomáticas e com as decisões de política econômica inspiradas no interesse nacional. As perguntas que orientam esta abordagem são: as relações comerciais do Brasil com China e com os EUA vêm se transformando em relações simétricas ou assimétricas? A política externa brasileira atual tende para uma política externa de afirmação autônoma e de inserção competitiva nos espaços da economia internacional? O fim da bipolaridade implica benefícios para os países emergentes como o Brasil e China?

Palavras-chave: política externa Brasil-EUA e China, Inserção competitiva, diplomacia.

O NOVO PARADIGMA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA MUDOU A NATUREZA DAS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS?

Elizabeth Maciel Barros (Master in Political Science - IUPERJ)
Roberto Ribeiro Corrêa (Doctor in Political Science - IUPERJ)

SUMMARY

The object of this article is the behavior of Brazil in the global arenas, tends for cognitive induction their relationships with the United States and with China in the period 2008-2012, found in the commercial linkages juxtaposed to the foreign policies in association with the diplomatic arrangements and with the inspired decisions of economical politics in the national interest. The questions that guide this approach are: the commercial relationships of Brazil with China and with the USA are becoming symmetrical or asymmetrical relations? Does the current Brazilian foreign policy tend for a foreign policy of autonomous statement and of competitive insert in the spaces of the international economy? Does the end of the bipolarity implicate benefits to the emerging countries like Brazil and China?

Keywords: foreign policy Brazil-USA and China, competitive insert, diplomacy.

1. Introdução

O primeiro passo, para o desenvolvimento de um tema, é necessariamente a escolha de um enfoque teórico adequado aos propósitos investigativos. No presente artigo, em que as relações internacionais ocupam o centro da abordagem, a escolha da Teoria Neoliberal Institucionalista (Novo-Institucionalismo) ocorre em função de que o fim da Guerra-Fria, no alvorecer do século XXI, trouxe uma gama de novos compromissos entre países, fazendo efervescer novas instituições criadas na medida em que novos interesses surgiam aproximando entre si uma comunidade de países que antes, hierarquizados pelas esferas de influência da Guerra-Fria, padeciam dos efeitos nefastos do alinhamento automático.

Com o fim da bipolaridade, os Estados passaram a se orientar por interesses legítimos, fazendo com que à medida que esses se manifestavam claramente, fosse necessária a criação de instituições mais densas e específicas, em benefício das regras de comportamento, segurança e previsibilidade. Ou seja, quanto maior o interesse comum entre países, maior o grau de institucionalização; sendo esse o princípio pelo qual será desenvolvida a análise que busca responder as três perguntas que orientam o presente artigo.

Assim, não é de todo desprovido de sentido afirmar que sucesso econômico e social do Brasil e de outros emergentes, em ambiente pós-guerra-fria, tenha a ver com a busca de integração regional, bilateral e multilateral virtuosas, no sentido da velha e surrada modalidade dos ganhos mútuos da troca, proclamada pelos clássicos da teoria econômica desde a segunda metade do século XVIII, mas muito pouco praticada num comércio internacional crescentemente sujeito a dinâmica tecnológica dos compromissos em tempo real, e que tem na produtividade do trabalho o elemento de maior impacto na formação de um sistema de preços globalmente competitivo — o mercado internacional, hoje sujeito a crises recorrentes de viés financeiro e global percebidas, em suas raízes, pela incompletude da regulação e supervisão dos sistemas financeiros dos Estados Unidos e da Europa, como em certa medida reconhece o FMI (CORRÊA & SOUZA, jul./dez. 2010., p. 29); (ALMEIDA, 2006, pp. 30-40), (LYRIO, 2010, p. 52)

Neste esforço de ajuntamento cognoscitivo, próprio das relações internacionais em rota de mudanças, emerge, no tocante a esta investigação, encadeamentos dedutivos que, em conformidade com a Teoria Neoliberal Institucionalista das Relações Internacionais¹, visam reconhecer estratégias diferenciadas no que toca aos interesses de curto, médio e longo prazos dos países emergentes, face às novas tensões e desafios de natureza internacional, regional e local, vividos por estes últimos, em suas relações com os países ricos, onde avulta a disputa comercial entre os Estados Unidos e China, com seus desdobramentos conflituosos perante a Organização Mundial do Comércio – OMC, tribunal que, embora dedicado à resolução de desavenças, não escapa aos efeitos derivados da correlação de forças dominante no cenário mundial, tendo em vista o fato de que a história, como em José Flávio Sombra Saraiva, não se limita a preâmbulo da nova ordem internacional, mais do que isso, é parte endógena à formação social global do presente; bem como da *matriz genética dos fenômenos internacionais atuais* (SARAIVA, 2006, p. 59).

Nesse cenário, é fácil perceber a montagem de uma nova geografia econômica, centralizada na crescente participação solidária entre os países emergentes em prol da mutualidade comercial-financeira de bens e serviços, capitais e tecnologias — vetores de uma profunda reestruturação societária que tem por característica a elevação do padrão de vida de suas populações, num cenário internacional que busca a unidade na diversidade das formas de emergência, sejam elas patrocinadas por atores estatais de viés hegemônico ou não estatais, como os agentes coletivos da sociedade civil, onde temas como livre mercado, desregulação, ajuste fiscal, misturam-se a temas menos ortodoxos como desenvolvimento social, meio ambiente, direitos humanos, combate a pobreza, entre outros; revolucionando a agenda das relações internacionais (SARFATI, 2005, p. 334).

Por isso mesmo, nessa trajetória aproximativa que agora se inicia, vale lembrar que o sucesso econômico e social dos emergentes não ocorre sem tensões e novos desafios, mormente no que toca ao emparelhamento competitivo

¹ Formulação teórica segundo a qual os Estados seguem orientações autônomas, num sistema de relações internacionais, descentralizado e não hierarquizado. (SARFATI, 2005, p. 155)

com os países ricos, em especial com os Estados Unidos, hoje sujeitos a financeirização e a desindustrialização de sua economia e, por isso mesmo, com dificuldades em aceitar pacificamente a invasão da China e o dinamismo de outros emergentes. Para os Estados Unidos, essa conjuntura tem por consequência o agravamento de seus déficits, hoje financiados em grande parte pela poupança chinesa², graças a redução do consumo interno desse país; procedimento que ampliado internacionalmente, induz a incerteza dos países superavitários, os quais, na busca de proteção, terminam diversificando de forma exagerada suas aplicações em ativos reais (BENACHENHOU, 2013, p. 229). No entanto, em que pese essa opção estratégica fundada no investimento e nas exportações, tem-se que um dos maiores desafios à continuidade do crescimento chinês reside no aprimoramento do modelo de gestão econômica e na valorização do seu mercado interno — estratégia de inserção compatível com seu potencial econômico e com a busca de um desempenho protagonista e atuante no mercado internacional (LYRIO, 2010, p. 13 e 74) .

Assim, embora o horizonte de análise proposto seja o período 2008-2012, não há como deixar de questionar a respeito de como a China, num transcorrer temporal mais longo, vem induzindo a nova formatação das relações internacionais e da geografia econômica em escala planetária. Um resumo desse processo histórico tem como referência germinal os três últimos milênios, onde esse país aparece, quase sempre, como um dos mais avançados no plano civilizatório. Nos últimos cinco séculos, no entanto, a China enfrentou reconhecido declínio, ressurgindo hoje, a partir da última década do século XX, como invulgar candidata a grande potência³, graças ao potencial desenvolvido pelo Estado chinês nos campos dos recursos humanos, físicos, tecnológicos e econômicos (LYRIO, 2010, pp. 15-33), num cenário em que os Estados Unidos parecem viver o abalo de sua supremacia, face ao conjuninar dos interesses dos países

² Com base no *Congressional Research Service Report for Congress. China's Holdings of U.S. securities – Implications for the U.S. Economy. Updated May 19, 2008*, Moniz Bandeira comenta: “Em dezembro de 2007, a China possuía reservas em dólar da ordem de US\$ 1,5 trilhão (10% do PIB americano), dos quais os títulos (securities) do Tesouro americano, em junho de 2007, totalizavam mais de US\$ 922 bilhões, superando em 61% o Japão como o maior credor dos Estados Unidos. (BANDEIRA, 2009, p. 33)

³ Ver a discussão desse conceito em: *Definição e fatores de ascensão de uma “grande potência”* (LYRIO, 2010, pp. 28-29)

emergentes, entre os quais se destaca na América do Sul o Brasil como ator de vocação global (BENACHENHOU, 2013, pp. 81-98).

Esses países, os emergentes, elevaram sua participação no PIB mundial, passando de 38% em 2004, para 49% em 2010, devendo atingir a marca dos 57% em 2050, ou antes, de acordo com estudo da OCDE, com China e Brasil situados entre as cinco maiores economias do mundo. Nesse ambiente econômico inaugural, o processo de urbanização acelera-se elevando a demanda por minerais, favorecendo a posição do Brasil devido a sua condição de grande fornecedor desse tipo de *commodity*, entre as quais figuram ouro, cobre, minério de ferro, níquel, chumbo, zinco, diamantes e metais do grupo platina (SILVA, 2012, p. 72).

2. As Relações justapostas: Ásia, UEE, Brasil e EUA

A partir de 2010 a China passou a ser a 2ª economia do mundo, ultrapassando o Japão que permaneceu nessa posição por quatro décadas e meia. Em decorrência desse inusitado avanço, o país emergiu no mercado internacional como ator estatal diferenciado pelo gigantismo de seus excedentes comerciais que lhe facultam poder financeiro global, para assim financiar investimentos de todos os tipos, nos mais diversos países, seja na esfera real da produção de energia, produtos de base, infraestrutura, obras públicas, equipamentos de telecomunicações; ou na esfera financeira via compra de dívidas soberanas nos Estados Unidos ou na Europa.

De acordo com alguns especialistas, o crescimento econômico chinês vem sendo provocado em parte pela utilização extensiva de fatores subutilizados, como parece ser o caso dos camponeses antes ocupados em lavoura de subsistência e que hoje migram em massa para as grandes e médias cidades para trabalhar na indústria e no setor de serviços, constituindo uma mão de obra medianamente qualificada e barata, com horizonte de consumo ainda restrito, razão maior da elevada poupança interna desse país, variável macroeconômica que parece ser explicativa do acelerado crescimento do (LYRIO, 2010, pp. 36-38) PIB chinês, representado por uma formação bruta de capital fixo (Gross Capital Formation) que entre 2000 e 2011 alcançou a média anual de 42% do PIB,

segundo Relatório do Banco Mundial 2013 (World Development Indicators, 2013).

O preço da mão de obra, entretanto, não foi o único fator explicativo do crescimento da economia chinesa, dado que outros países, sobretudo os africanos, apesar de contarem com grandes excedentes desse fator, não experimentam taxas de crescimento de suas economias sequer razoáveis. Maurício Lírio sugere que outras variáveis explicam o fenômeno chinês, como são exemplos o nível de escolaridade da população e a existência de uma estrutura de transporte comunicação e energia compatíveis com as exigências de seu avanço industrial e econômico, valendo reproduzir a íntegra da referência que o autor faz a Wei-Wei Zhang, professor da Universidade de Tsinghua, no que aqui destacamos os aspectos da lógica de planejamento, no sentido de buscar uma ordenação sequencial dos investimentos em infraestrutura com o propósito único de evitar gargalos, como os que ocorrem atualmente no Brasil e noutros países. Segue o trecho inspirado nas declarações do professor Wei-Wei Zhang:

“... o segredo do sucesso das reformas chinesas foi o seu correto sequenciamento, o acerto em estabelecer ordens e prioridades, com reformas fáceis antes das difíceis, rurais antes das urbanas, nas cidades costeiras antes das interioranas, reformas econômicas antes das políticas, tudo dentro de um quadro de experimentalismo e gradualismo com paulatina reincorporação de elementos de competição (LYRIO, 2010, p. 38).

Com efeito, ante essa estratégia de planejamento associada ao relacionamento internacional, sugere reproduzir, em análise, a essência dos argumentos do governo chinês quando proclama ser uma de suas premissas de política externa o desenvolvimento e a modernização, em sincronia com a preservação de uma ordem mundial pacífica e alheia a qualquer pretensão hegemônica, ou seja, a *ascensão pacífica e compartilhada*⁴ (AMARAL, 2012, p. 4). Ou seja, evitar os altos custos da corrida armamentista, que tanto prejuízos trouxeram à extinta URSS, as quais acarretam sérios danos a economia e a imagem dos Estados Unidos, em razão de uma política externa que a CIA grafou de *blowback*, ou (1961-73), bumerangue, sugerindo a probabilidade das ações do governo americano, ainda atreladas ao espírito da Guerra-Fria, resultarem em represálias aos

⁴ O termo foi lançado em 2003, por Zheng Bijian, vice-presidente do Central Committee's Central Party School, durante um Fórum sobre China nos Estados Unidos.

cidadãos americanos tanto fora como dentro dos Estados Unidos. Tais ações de política externa, além de gerarem *blowback*, não chegam ao conhecimento da opinião pública americana e tampouco da maioria dos membros do Congresso. Entretanto, o significado político de, *blowback* refere-se a operações clandestinas do governo dos EUA para derrubar governos ou assassinar lideranças contrárias aos interesses hegemônicos norte-americanos. Como diz Chalmers Johnson:

“O povo americano pode não saber o que é feito em seu nome, mas aqueles que são alvos certamente sabem — inclusive os povos do Irã (1953), Guatemala (1954), Cuba (de 1959 até hoje), Congo (1960), Brasil (1964), Indonésia (1965), Vietnã (1961-73), Laos (1961-73), Camboja (1961-73), Grécia (1967-74), Chile (1973), Afeganistão (de 1979 até hoje), El Salvador, Guatemala e Nicarágua (anos 1980), e Iraque (de 1991 até hoje), para citar apenas os casos mais óbvios.” (JOHNSON, 2007, p. 9).

Essa perspectiva de política externa, caracterizada pelo avanço do Japão e da China nos campos das novas tecnologias, da produtividade e do produto global, parece ainda não afetar o papel hegemônico dos Estados Unidos que dessa forma continuará ocupando o centro nervoso das relações internacionais. Fala-se de uma nova ordem — a *hegemonia dissociada*, ambientada pela des-polarização, onde a perda de supremacia econômica absoluta dos Estados Unidos termina por limitar seu papel nas esferas política e militar, atualizando a frase de Henry Kissinger, por incluir a China em substituição à Alemanha, nesse contexto de disputas. Ou seja, os dois gigantes econômicos (i.e. China e Japão) são anões políticos, e o gigante político (i.e. EUA) não é capaz de “pagar suas próprias guerras”, tendo que apostar na boa vontade e no consentimento de seus principais rivais no cenário econômico em disputa (ALBUQUERQUE, 2006, p. 40).

Nesse campo de ação, Brasil e China, sensíveis ao cenário das relações internacionais em construção, adotam, por analogia de interesses, princípios de política externa voltada para a afirmação de procedimentos comerciais, em especial a oposição ao protecionismo dos países desenvolvidos bem como as assertivas de cooperação multilateral. (OLIVEIRA, 2006, p. 174)

Como argumento em favor dos efeitos do crescimento chinês, seguem-se as estatísticas do desempenho das economias asiáticas na primeira década do século XXI.

Com efeito, pela análise dos dados é possível perceber a liderança chinesa nesse processo cíclico. A propósito, a Tabela 2.1 ilustra a sincronia de comportamento das economias asiáticas, comparativamente às não asiáticas, neste caso Brasil, União Europeia e Estados Unidos, para os anos 2009 a 2012:

Tabela 2.1. Taxa de crescimento anual do PIB (2004-2012): China, países asiáticos, Brasil, UEE e EUA

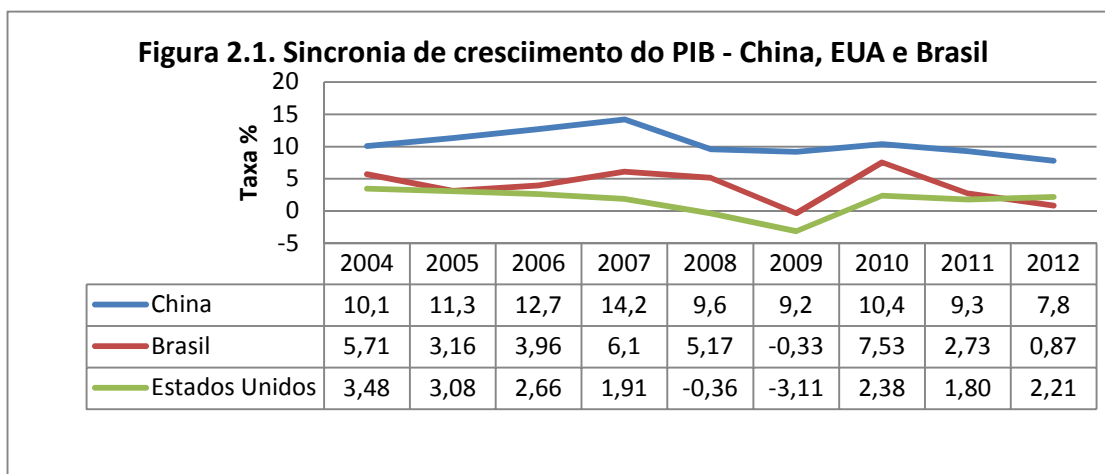
Países	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
China	10,1	11,3	12,7	14,2	9,6	9,2	10,4	9,3	7,8
Índia	7,85	9,28	9,26	9,8	3,89	8,48	10,55	6,33	3,24
Indonésia	5,03	5,69	5,5	6,35	6,01	4,63	6,22	6,49	6,23
Coreia do Sul	4,62	3,96	5,18	5,11	2,3	0,32	6,32	3,68	2,04
Malásia	6,78	5,33	5,58	6,3	4,83	-1,51	7,15	5,08	5,61
Japão	2,36	1,3	1,69	2,19	-1,04	-5,53	4,65	-0,57	1,94
Brasil	5,71	3,16	3,96	6,1	5,17	-0,33	7,53	2,73	0,87
União Europeia	2,26	2,48	2,6	2,63	4,2	0,8	1,81	3,31	2,72
Estados Unidos	3,48	3,08	2,66	1,91	-0,36	-3,11	2,38	1,8	2,21

Fonte Banco Mundial, 2013, PIB; (World Development Indicators, 2013)(Taxa de crescimento anual %). Elaboração própria.

Um rápido olhar nos dados acima confirma que tanto os países asiáticos, incluindo a China, a União Europeia e o Brasil, sofreram o impacto negativo da abrupta desaceleração da economia americana a partir de 2008. O desastre atingiu essas economias, com a União Europeia declinando acentuadamente em seu crescimento econômico a partir de 2009, refletindo de certa maneira as assimetrias entre Alemanha, França e outros países europeus semiperiféricos, identificados pelo acrônimo de PIIGS (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia, Espanha), sujeitos a um relacionamento comercial-financeiro que, na última década (2000-2010), engendrou balanços de pagamentos equilibrados artificialmente com empréstimos externos, pactuados a juros baixos (taxas “alemãs”), terminando, os PIIGS, sujeitos a financeirização de suas economias e, ao inevitável, a quebra-deira geral seguida da recessão (SANTOS, 2011).

A Figura 2.1 espelha a sincronia do crescimento econômico entre China, Brasil e Estados Unidos, tendo por referência a taxa de crescimento anual do PIB de cada um desses países no período 2004 a 2012. Nesse particular, há

que considerar que embora a China tenha desfrutado de crescimento forte no início do século XXI, passou a partir de 2008, com a crise financeira mundial, a apresentar forte redução em seu crescimento, com as taxas passando de uma



média anual de 12%, entre 2004 e 2007, para 9% de 2008 a 2012, uma queda de aproximadamente -23%; com o Brasil, no mesmo intervalo, caindo de 4,7% para 3%, implicando redução de -33% . Nos Estados Unidos, entretanto, o impacto da crise foi maior por derrubar a taxa de crescimento de sua economia de 2,78%% para 0,58%, uma queda de -79%.

Ampliando esse escopo de análise com base nas informações coletadas no Relatório do Banco Mundial 2013 (World Development Indicators, 2013), foi possível confeccionar a Tabela 2.2, onde é percebido que a inflação chinesa apresenta ligeiras oscilações no período, sem que o governo chinês, entretanto, tenha perdido o prumo do equilíbrio orçamentário, em que pese a notoriedade da crise mundial nesse campo das finanças públicas. A disciplina fiscal e a mundialização de seu comércio, sem dúvida, favoreceu o acúmulo de excedentes compatíveis com a objetividade de sua política de equilíbrio no balanço de pagamentos aliada a profusão de reservas e a um baixo nível de endividamento externo. Como resultado desse esforço de política macroeconômica, a China apresentou média inflacionária de 3,7% no período 2006-2012; um equilíbrio orçamentário médio de -1,04% como percentagem do PIB, entre 2006 e 2010; pagamentos correntes de 8,8% do PIB nesse mesmo período; dívida externa no insignificante nível de 9,88% do PIB e reservas externas acumuladas da ordem de US\$ 3,331 trilhões, em 2012.

Tabela 2.2. China: indicadores de desempenho macroeconômico - 2006-2012

Indicadores de Desempenho	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Índice de preços do consumidor (%)	1,5	4,8	5,9	-0,7	3,3	5,4	2,7
Equilíbrio orçamentário % PIB	-0,8	0,6	-0,4	-2,8	-1,8		
Pagamentos correntes % PIB	9,4	10,6	9,4	6	5,5		
Dívida externa % PIB	11,9	10,6	8,3	8,7	-		
Reservas externas (US\$ bilhões)	1.066	1.527	1.966	2.453	2.914	3.255	3.331

Fonte: Banco Mundial in *BENACHENHOU, 2013, 19. Inflação e PIB para 2011 e 2012, Relatório Banco Mundial 2013.*

3. O avanço chinês, comparações e alguma de suas causas

A década de 80 do século passado é referência básica para entender as causas fundantes do avanço chinês no mercado mundial. Tendo por sinalização dessa presença a exportação maciça de bens agrícolas e não agrícolas, sua rota de avanço na década seguinte veio a ser caracterizada por uma pauta de exportações de produtos industriais de baixa e média tecnologia, como têxteis. Foi nessa mesma década que o governo chinês deu início a abertura seletiva de sua economia, desencadeando a primeira vaga de investimentos externos.

Assim, carente de capitais e de know-how e tecnologia, a nova China, investiu em educação, enviou uma grande massa de estudantes para cursos de pós-graduação nas universidades americanas e europeias, atraiu empresas estrangeiras com o propósito de modernizar seu parque industrial e, por esse meio fundar novas bases para seu desenvolvimento econômico.

Com essa abertura ao capital estrangeiro, pôde a China contar com multinacionais de grande porte em seu território, desenvolvendo parcerias em pesquisa, ciência e tecnologia. Em decorrência de todo esse processo que tem por filosofia as parcerias fundadas no desenvolvimento e na paz, empresas chinesas se fortaleceram e passaram a ocupar espaços de mercado como são exemplos as gigantes PETROCHINA, SINOPEC e o grupo CNOOC entre outras, com investimentos diretos em países como Canadá, Estados Unidos, Iraque, Nigéria, Sudão, Brasil, Equador e tantos outros países, sempre buscando entendimentos que tenham por objetivo específico a busca de novas oportunidades de negócios, com o Brasil aparecendo em dimensão privilegiada nos segmentos de carne bovina, café, suco de laranja e algodão.

Em um contexto de crescimento econômico acelerado, assentado em uma matriz industrial concentrada na indústria de base, em ramos como o quí-

mico e o siderúrgico, o suprimento de energia aparece como elemento fundamental, mormente quando se leva em consideração a escassa disponibilidade de recursos energéticos em território chinês — fazendo com que a garantia de suprimento de energia seja encarado como fator indispensável a sustentabilidade tanto da economia como do regime chineses. Em aditamento a essa situação, há que considerar o fato de que as reservas domésticas de petróleo e outras fontes alternativas de energia são escassas e insuficientes para atendimento da demanda corrente chinesa, sendo o carvão a única fonte de energia abundante e que atende, hoje, a cerca de 70% do consumo chinês, em que pese os problemas decorrentes do uso desse tipo de energia, como a baixa eficiência e efeitos nocivos a saúde e ao meio ambiente.

Numa visão estratégica de futuro, a China tem demonstrado especial interesse pelo petróleo sul-americano, com grupos empresariais chineses atuando no mercado petrolífero em busca de garantir a esse país aquisições em escala internacional (BENACHENHOU, 2013, pp. 20-21) e o esforço que o Estado chinês vem empreendendo na pesquisa e prospecção desse insumo difundido na plataforma continental da Baía de Bohai, com reservas da ordem de aproximadamente 1 bilhão de toneladas, com potencial para atender a 50% das necessidades do país, em caso de sucesso (LYRIO, 2010, pp. 61-62).

A Tabela 2.3 apresenta os principais indicadores que permitem comparar o desempenho do Brasil, China e Estados Unidos no que toca a comércio internacional, investimento estrangeiro direto líquido, renda *per capita*, acesso à internet e importação de bens e serviços, ficando evidente o gigantismo chinês nas rubricas diretamente relacionadas ao comércio exterior.

Os dados confirmam a tese de que a estratégia chinesa de crescimento econômico tem por fundamento um estilo de reformas incrementais destinadas a fazer essa economia hoje uma das mais abertas do mundo, exprimindo nesse particular uma relação comércio exterior/produto interno bruto acima de 70%, e um estoque de investimentos direto estrangeiro situado na faixa de 30% a 40% do produto interno bruto, contra 13% nos Estados Unidos e apenas 2% no Japão (LYRIO, 2010, p. 41).

Tabela 2.3. Brasil, China e EUA: Indicadores econômicos e sociais – 2008/2012

Indicadores econômicos e sociais	Países	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações (% do PIB)	Brasil	13,66	10,98	10,87	11,89	13,00
Exportações (% do PIB)	China	34,98	26,71	30,61	31,36	
Exportações (% do PIB)	EUA	12,99	11,42	12,79	13,97	
Inv estrang. líquido (US\$ milhão)	Brasil	(24.601,00)	(36.032,00)	(36.918,00)	(67.689,00)	(68.093,00)
Inv estrang. líquido (US\$ milhão)	China	(114.792,00)	(87.167,00)	(185.750,00)	(231.652,00)	(191.125,00)
Inv estrang. líquido (US\$ milhão)	EUA	18.990,00	139.010,00	122.047,00	185.345,00	176.768,00
Renda Percapita , PPP (US\$)	Brasil	10.150,00	10.150,00	10.980,00	11.410,00	11.720,00
Renda Percapita , PPP (US\$)	China	6.230,00	6.810,00	7.540,00	8.390,00	9.210,00
Renda Percapita , PPP (US\$)	EUA	47.320,00	45.390,00	47.220,00	48.820,00	50.610,00
Internet (por 100 pessoas)	Brasil	34	39	41	45	
Internet (por 100 pessoas)	China	23	29	34	38	
Internet (por 100 pessoas)	EUA	74	71	74	78	
Imp. bens e serviços (% PIB)	Brasil	13,47	11,14	11,90	12,62	13,91
Imp. bens e serviços (% PIB)	China	27,26	22,30	26,70	27,29	
Imp. bens e serviços (% PIB)	EUA	17,98	14,22	16,34	17,76	

Fonte: Relatório Banco Mundial 2013 (World Development Indicators, 2013). *Elaboração própria.*

Na sequência deste artigo há que estudar os múltiplos aspectos das relações comerciais e outras do campo internacional, envolvendo Brasil, China e Estados Unidos, de sorte a responder as três perguntas formuladas para orientação desta pesquisa.

4. Da soberania limitada de relações bilaterais à soberania afirmativa de relações multilaterais

Uma das características marcantes da administração FHC no que toca as relações internacionais, aponta as assimetrias como marca indelével da aproximação Brasil-Estados Unidos em meio a sucessivas crises financeiras. A estabilidade conquistada a partir de 1994 com o Plano Real associada à abertura maior da economia brasileira ao capital estrangeiro, terminaram por adensar ainda mais a presença americana no aparato econômico e empresarial nacionais. Prova disso é que nesse período o Brasil passou a ser a quinta economia receptora de investimentos diretos dos Estados Unidos, ultrapassando o Japão; com boa parte desses recursos sendo direcionados para os leilões de privatização (ALMEIDA, 2006, p. 35), em que pese reclamações do governo e do empresariado norte-americanos em razão de que aquele programa de privatização excluía do processo de negociação áreas consideradas relevantes, como petróleo e eletricidade.

Esse período, que inicia com Collor de Mello na presidência da República (1990 a 1992), viria ter continuidade nos oito anos de governos FHC (1994 a 2002), sem que essa nova estratégia de inserção internacional pudesse ser atribuída à intelectualidade brasileira, sendo, como quer Cervo (CERVO, 2008, pp. 50-53), mera adaptação do Brasil ao consenso regional — em adesão à onda neoliberal como fez a maioria dos governos sul-americanos — em adaptação aos interesses das forças transnacionais da globalização.

Em relação a esse mesmo período, há que ser ressaltado que nas relações Brasil-USA as assimetrias se fizeram mais visíveis na medida em que os Estados Unidos, com estratégia de último lance⁵ iniciou movimento descendente de seus investimentos diretos, não apenas em razão do fim do processo de privatização e da desaceleração de sua economia, mas e principalmente devido aos efeitos da crise monetária sobre o setor externo brasileiro. A história dessas relações, entretanto, registra uma complicada trajetória de acertos e desacertos tanto na esfera política como das transações comerciais.

Com efeito, neste século XXI, em razão das novas dimensões da competição internacional, notadamente no que diz respeito aos arranjos hemisféricos inaugurados pelos países desenvolvidos e emergentes, novas relações entre Brasil e Estados Unidos estão sendo buscadas tendo em vista os novos desafios associados à busca de novas oportunidades, desta feita sem as ilusões kantianas que tanto marcaram o governo FHC que bem mereceu a apreciação de Cervo:

“Cardoso tomou, portanto, a abertura econômica como estratégia sem definir uma estratégia de inserção madura no mundo da interdependência global. Por isso qualificamos seu modelo de subserviente, destrutivo e regressivo: encaminhou o desmonte do núcleo estatal robusto da economia nacional; fez o país evoluir da nacionalização da economia internacional para a desnacionalização da economia nacional e do pensamento cepalino para o consenso neoliberal latino-americano.” (CERVO, 2008, p. 55).

⁵ Referência a Teoria dos Jogos, quando um dos jogadores, em repetidos lances coopera para atrair o segundo jogador até o completo atendimento dos interesses do primeiro. Em seguida, o primeiro jogador deixa de cooperar retirando-se da arena. Ver (TSEBELIS, 1990)

Em que pese a causticidade das críticas de Cervo aos governos FHC, no caso brasileiro de hoje, todavia, mesmo ante a primazia dos Estados Unidos como potência econômica e militar, faz sentido a busca de uma agenda afirmativa junto a essa potência, como resposta adequada para a promoção do interesse nacional. Ou seja, a adaptação desses dois gigantes territoriais e demográficos do hemisfério ocidental, aos novos paradigmas da política e das relações econômicas internacionais, deverá orientar-se pelo enfrentamento de novos temas inseridos em uma agenda bilateral ainda em construção, tudo isso sendo negociado na complexidade do dia a dia do cenário pós-guerra-fria.

A esse respeito, Mônica Hirst⁶ (HIRST, 2006), em artigo sobre esse tema, tipifica a trajetória das relações Brasil-Estados Unidos como evoluindo em cinco etapas diferenciadas no tempo conjuntural da geopolítica praticada no decorrer do século XX as quais denomina de aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação.

Em seguida, para efeito de contextualização histórica de cada um dos conceitos, faz-se o resumo subjetivo do significado político de cada uma dessas cinco fases ou, desses cinco “As”, como quer a autora:

Na primeira fase, as práticas políticas da aliança *não escrita*, marcada por relações esporádicas devido aos fortes vínculos do Brasil do século XIX com o mundo europeu, em especial com a Grã Bretanha. Em consequência dessa ascendência diplomática, mesmo no Brasil da Primeira República, quando a elite política brasileira adota instituições inspiradas no modelo republicano-federativo estadunidense, as relações entre os dois países continuaram a receber a divisa da *unwritten alliance*, em razão das tratativas comerciais que pouco a pouco dominariam o comércio brasileiro de exportação de café e de importação de manufaturados.

Na segunda fase, em seguimento aos efeitos políticos institucionais da revolução de 1930 no Brasil; entram em cena os atores da política de “boa vizinhança”, patrocinada a partir de 1932, pelo governo do democrata Franklin Delano Roosevelt, reeleito para três mandados presidenciais consecuti-

⁶ Diretora-executiva da Fundação Centro de Estudos Brasileiros de Buenos Aires.

vos (1933-1945). Com efeito, em consonância com as transformações econômicas em ambos os países, mais intensamente após o fim da Segunda Guerra, o alinhamento irrestrito com os Estados Unidos, obedecendo a uma estratégia de relacionamento condicionada pelo conflito Leste-Oeste, faz com que os países da América do Sul passem a ser vistos pelo restante do mundo como espaço de influência norte-americana. Esses países, inclusive o Brasil, mercê de governos ditatoriais implantados nos anos 60 e 70 do século passado, passaram a constituir alianças ideológicas territoriais de soberania demarcadas. Mesmo envolvido por acordos de alinhamento ideológico o Brasil, fugindo a regra, conflitou com os Estados Unidos em vários temas de seu interesse, entre os quais sobressai o monopólio estatal do petróleo com a criação da Petrobrás.

A terceira fase, iniciada a partir de 1974, designada de autonomia, vem a ocorrer com Ernesto Geisel na presidência da República, pela busca de relações pragmáticas e universalistas no que toca ao interesse nacional. É desta época o aprofundamento dos laços diplomáticos com a América Latina e a aproximação com a União Soviética e com a China.

A quarta fase, denominada de ajustamento, teve por motivação a redemocratização do Brasil e demais países da América do Sul, o fim da guerra fria e o acelerado processo de globalização proporcionado pelas novas tecnologias da informação. Como resultado dessa nova ação conjuntural e política de relações internacionais, tanto o governo Collor Mello como o governo de Fernando Henrique Cardoso aceitaram e promoveram reformas sentenciadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, inspiradas no Consenso de Washington, prática diplomática que buscava a uniformidade de opiniões marcadas por abertura de mercado, privatização, ajuste fiscal e monetário. É dessa fase em diante que o Brasil esgota o tempo das relações bilaterais específicas com os Estados Unidos, por identifica-las assimétricas em meio a um ordenamento internacional marcado por desencontros de ambos os lados.

Nesse ambiente de relações justapostas, o Brasil opta, com Luiz Inácio Lula da Silva na presidência da República, por uma diplomacia presiden-

cial afirmativa que tem por meta a busca de uma orientação multilateral de comércio (HIRST, 2006).

Nesta última fase da chamada ação afirmativa, o Brasil comparece na política das relações internacionais como um forte candidato a ator global e regional. Para analisar esse potencial do ponto de vista geopolítico, há que considerar o fato de que um país só será reconhecido na hierarquia de poder internacional se e somente se atender a três condições fundamentais: extensão territorial, poder econômico e poder militar (BANDEIRA, 2009, p. 77).

Por essa dimensão de poder, no que diz respeito ao Brasil, mesmo não atendendo ao requisito militar, o país conta com uma população de 190 milhões (2010), com extensão territorial de 8.514.215 de quilômetros quadrados, litoral de 7.367 quilômetros de extensão, terras férteis, jazidas minerais, recursos hidroelétricos e outros como petróleo e um Produto Interno Bruto (PIB) que o inclui entre as dez maiores economias do mundo.

É difícil, portanto, deixar de reconhecer que essas características expressas em números não levem ao inevitável reconhecimento de que o Brasil é de fato um ator em destaque na hierarquia do poder internacional dos Estados e, assim, há que ser valorizado em suas relações com os Estados Unidos e com outros países, sobretudo no que diz respeito aos acordos situados nesta banda do Atlântico. Como prova dessa vocação, o professor Luiz Alberto Moniz Bandeira citando Kissinger, reconhece a vocação *world power* do Brasil:

“Não sem razão, já em 1976, ao ser interpelado, no House Foreign Affairs Committee, se os Estados Unidos haviam elevado o Brasil ao status de potência mundial, por terem os dois países assinado um acordo de consulta, Henry Kissinger, então secretário de Estado na administração do presidente Gerald Ford (1974-1977), replicou: “(...) *This agreement does not make Brazil a world power. Brazil has a population of 100 million, vast economic resources, a very rapid rate of economic development. Brazil is becoming a world power, and it does not need our approval to become one, and it is our obligation in the conduct of foreign policy to deal with the realities that exist.*” (BANDEIRA, 2009, p. 79)

5. Buscando analogias numéricas e qualitativas para identificar simetrias e assimetrias

No contexto acima descrito, tem-se que o avançar desta análise, por seus objetivos, exige a construção de analogias numéricas e qualitativas, estas últimas de significado documental, bibliográfico, histórico e político, no sentido de responder aos questionamentos alusivos a relações simétricas e assimétricas presentes nas relações do Brasil com os Estados Unidos; e do Brasil com a China. No mesmo sentido, procurar uma resposta que dê conta de explicar a natureza das tendências da política externa brasileira quanto ao lema da afirmação e da inserção competitiva nos espaços da economia internacional. Finalmente, responder se o fim da bipolaridade trouxe benefícios para os emergentes, particularmente para China e Brasil.

Nesse sentido, para identificar a tendência de emparelhamento entre países desenvolvidos e emergentes, o texto incorpora a Tabela 3.1 que apresenta os dados de extensão territorial, população, PIB e participação de cada país na formação do PIB mundial explicitando, assim, o potencial de cada país..

Tabela 3.1. As dez maiores economias do mundo segundo o PIB – 2012

Países	Ext. Territorial (Km2)	População em milhões de hab,	PIB (ppp) em US\$ bilhões	% PIB Mundial
Estados Unidos	9.363.130	313,91	15.887,60	22,17%
China	9.597.000	1350,7	12.435,36	17,35%
Índia	3.166.830	1236,69	4.749,21	6,63%
Japão	369.700	127,56	4.633,14	6,46%
Alemanha	356.840	81,89	3.387,57	4,73%
Rússia	17.078.005	143,53	3.267,30	4,56%
Brasil	8.511.996	198,66	2.328,80	3,25%
Grã Bretanha	224.755	63,23	2.263,47	3,16%
México	1.972.545	120,85	2.009,23	2,80%
Canada	9.922.385	34,88	1.489,16	2,08%
PIB MUNDIAL			71.666,35	100,00%

Fonte: Banco Mundial 2013 (World Development Indicators). Elaboração própria.

Como pode ser confirmado, para 2012, o Banco Mundial, em seu relatório de 2013, apontou a China em segundo lugar e o Brasil, em sétimo no ranque das maiores economias do mundo. Há que perceber, entretanto, que

os emergentes (i.e. China, Índia, Rússia, Brasil e México), juntos, detêm hoje 35% do PIB mundial, contra 65%, dos desenvolvidos (i.e. Estados Unidos, Japão, Alemanha, Grã Bretanha e Canadá) e que continuam a crescer, em que pese a crise financeira de 2007, a taxas maiores do que as economias dos países desenvolvidos. Uma tendência que vem se confirmando desde 1990, em ambiente pós-guerra-fria, no que reforça a legitimidade de avaliar como positiva essa conjuntura para os países emergentes.

Por outro lado, as correlações estatísticas realizadas por este estudo comprovam a evidência da relação entre extensão territorial ($r = 0,25$) e magnitude demográfica ($r = 0,48$), como variáveis explicativas da magnitude do PIB, significando dizer que o tempo e a continuidade das políticas públicas de expressão multilateral no comércio internacional, máxime para os interesses afirmativos dos países emergentes, é fator positivo para o avanço econômico e social dos mesmos nos próximos anos e décadas.

Não é de todo desprovido de sentido dizer que a política externa dos Estados Unidos vem sendo orientada desde de sua ascensão a condição de potência, em substituição ao declínio da Grã Bretanha, por um tripé estratégico formado por *contenção*, *dissuasão* e *ataques preventivos*, sobretudo após o evento terrorista do 11 de setembro de 2001. Não resta dúvida, portanto, de que a hegemonia norte-americana se deve ao fato dos Estados Unidos possuírem poder econômico (22% do PIB mundial, 2012)⁷, tecnológico-militar e cultural em escala planetária. Dimensão política essas que, por sua abrangência planetária, faz esse país desfrutar, nestes tempos de pós-guerra-fria, inigualável capacidade de se autoafirmar como potência hegemônica no sentido proposto por J. J. Nye, de que o significado de poder “é a *capacidade de obter os resultados desejados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros para obtê-lo*” (apud, SARFATI, 2005, p. 216). Nesse aspecto, todavia, não há como negar a pertinência dos comentários de Moniz Bandeira (BANDEIRA, 2009, p. 31) quando sugere que esse pretense poder norte-americano seja reforçado em sua sua influência global, ainda que não tão louvada como nos tempos da guerra fria, junto às

⁷ O PIB mundial dos Estados Unidos em 2009 correspondia a 25% do PIB mundial segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira (BANDEIRA, 2009, p. 31)

instituições multilaterais como FMI, Banco Mundial, OMC, entre outras. Além disso, as inserções ideológicas divulgadas por um poderoso aparato de mídia transcontinental, orientado para a moldagem da opinião pública em prol dos interesses políticos, econômicos e culturais desse tão diferenciado e poderoso ator global.

No caso do Brasil e de outros países da América Latina, são inúmeros os exemplos de relações assimétricas. Relações que estão sempre a lembrar e despertar o sentido da doutrina Monroe⁸, sintetizada no lema: “A América para os americanos”. Mais do que um lema; um ideal objetivo que parece continuar em voga, com o Brasil e outros países da região, tendo que discutir recorrentes propostas de acordos de liberação comercial para criação de uma zona de livre comércio hemisférica sob o domínio estadunidense (LIMA, 2009).

A esse respeito, vale lembrar que nos anos 1980, com a crise da dívida externa, a proposta de redução de tarifas para abertura do mercado interno brasileiro aos produtos norte-americanos perturbou as relações do Brasil com os Estados Unidos. Nos anos 1990, pela falta de apoio ante as turbulências financeiras globais, seja em iniciativas de comércio regionalizado como a ALCA, NAFTA, sempre sujeitas às pressões liberalizantes acompanhadas da mesmice de sempre: a redução de tarifas para importação em benefício dos Estados Unidos sem contrapartida compensatória.

Nesse prisma de análise, direcionada para a identificação de assimetrias divergenciais, temos de avaliar politicamente a questão Mercosul- ALCA, tema que veio a se tornar o principal espaço diplomático das divergências entre Brasil e Estados Unidos. E por que? Novamente o espectro “monroniano” rondava as tratativas regionais, fazendo aflorar sérias contradições que tinham como marca o entrelaçamento da questão comercial com os interesses políticos e estratégicos dos Estados Unidos, sintetizados no termo hubris, ou seja, arrogância.

⁸ Declaração unilateral dos Estados Unidos (1823) e que serviu para que o presidente Woodrow Wilson (1913- 1921) conseguisse excluir a América Latina da jurisdição da Liga das Nações na Conferência de Versailles de 1919.

Com efeito, o diagnóstico prospectivo que o governo brasileiro fazia da ALCA tinha por lastro o exemplo da Argentina que, aceitando cortar tarifas de importação, terminou por assistir ao completo sucateamento de seu parque industrial em associação direta com inflação e com os saldos negativos crescentes em sua balança comercial.

Nesse ambiente de nervosismo é que o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, especialista no tema, faz uma declaração política denunciando a ALCA como jogo estratégico que busca solidificar a hegemonia política e econômica dos Estados Unidos: “que realizariam seu desígnio histórico de incorporação subordinada da América Latina a seu território econômico e a sua área de influência político-militar” (Apud BANDEIRA, 2009, p. 82).

Com os avanços e recuos desse processo de negociações, o Brasil tende a avançar para as etapas seguintes, rumo à diplomacia da afirmação, buscando, com isso, sua inserção competitiva no cenário econômico internacional. Nesse novo horizonte de tratativas diplomáticas, a Ásia, e especialmente a China, surge como parceira importante na retomada dos superávits da balança comercial brasileira, tendo por contrapartida a redução da participação dos Estados Unidos nesse contexto, tal com demonstram os dados referentes ao quantum das exportações brasileiras no período 1998 a 2011, conforme Tabela 3.2, adaptada do artigo de Nelson Marconi⁹, pelo qual tomo suas palavras no esforço de responder a pergunta relativa às assimetrias com os Estados Unidos vis-à-vis simetrias com os países emergentes, com China à frente:

“Os patamares pré-crise não foram retomados em mercados tradicionais – Estados Unidos e Europa –, enquanto em mercados que se fortaleceram mais recentemente, como a Ásia e a China, o crescimento das vendas externas foi mais intenso, o que responde pelo retorno aos níveis observados antes da crise. Assim, houve um evidente redirecionamento das vendas externas (na comparação entre 2011 e 2008) para as regiões menos afetadas pela crise, o que contribuiu para a recuperação do total das exportações brasileiras.”

E prossegue com destaque para a América do Sul:

⁹ Professor da Escola de Economia de São Paulo (EESP) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), pesquisador do CEMACRO e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

“Dentre as regiões analisadas neste estudo, a América do Sul passou a ser o destino mais importante dos produtos brasileiros, considerando a participação percentual.” (MARCONI, 2013, p. 36)

Tabela 3.2. Exportações Brasil segundo o destino - 1998 a 2011

(1998 = 100)	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Δ 2011/2008 (%)
América do Sul	100	92	110	111	89	118	159	177	190	215	217	169	212	218	0,6
Ásia	100	132	126	161	191	214	232	238	231	241	257	294	310	303	17,9
China	100	82	131	258	337	547	567	656	759	840	871	1264	1340	1573	80,7
Egito e África do Sul	100	111	114	215	237	245	321	373	441	468	405	411	473	606	49,5
Estados Unidos	100	122	139	146	158	165	195	186	171	164	147	96	106	110	-25,3
Europa	100	104	117	130	132	151	171	171	176	207	199	152	163	157	-21,2
Exp. Combustíveis	100	153	112	184	225	253	274	298	358	384	329	275	313	299	-9,2
México e Canadá	100	124	161	173	247	300	367	389	402	374	341	284	344	366	7,3
Total	100	110	122	139	146	170	200	208	214	232	224	194	218	224	0,1

Fonte: Adaptada de Nelson Marconi, *O desempenho do comércio exterior brasileiro no período pós-crise*. In: (MARCONI, 2013).

Recorrendo a outra dimensão de análise, desta feita para responder a terceira pergunta que remete aos efeitos supostamente positivos do fim da bipolaridade para os emergentes, especialmente Brasil e China. Para tanto, tomamos como dimensão de estudo o período 2000 a 2012, de autoria do Banco Mundial (World Development Indicators, 2013), e construímos um algoritmo para facilitar os cálculos das taxas de crescimento do PIB, e outras, em periodicidade média total e geométrica anual.

Esses efeitos, positivos do ponto de vista da acelerada ascensão econômica e social dos países emergentes, deve-se, a redefinição das regras de convivência entre as nações, definidas a partir de um novo padrão de relacionamento internacional, algo que tem a ver com o fim da bipolaridade e com o surgimento de tendências regulatórias nos acordos preferenciais de comércio, estruturadas a partir da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), organismo devotado à solução de controvérsias, favorecendo as conexões entre economias situadas nas mais diferentes regiões do mundo.

A propósito desse novo contexto tão favorável aos emergentes, é que a Figura 3.1 registra, para a China, uma taxa de crescimento do PIB entre 2000 e 2012 de 321,3%, equivalente a 5,56 vezes a taxa de crescimento do

PIB dos EUA. Para o Brasil, o crescimento foi de 95,7% no mesmo período, o que implica 1,66 vezes a taxa de crescimento do PIB dos EUA.

Figura 3.1. – China, Brasil e USA. Algoritmo para cálculo do PIB em (PPP US\$)¹⁰

China	2000	2012
GNI, PPP (current international \$)	2.951.384.780.046,74	12.435.358.750.833,70
	Taxa no Período	Tx Média Anual
Taxa crescimento	321,3%	12,7%
BRASIL	2000	2012
GNI, PPP (current international \$)	1.190.061.130.700,65	2.328.799.385.170,11
	Taxa no Período	Tx Média Anual
Taxa crescimento	95,7%	5,8%
USA	2000	2012
GNI, PPP (current international \$)	10.070.500.000.000,00	15.887.600.000.000,00
	Taxa no Período	Tx Média Anual
Taxa crescimento	57,8%	3,9%

6. Conclusões

Diante do exposto, seguem-se os comentários finais alusivos às perguntas que orientaram o presente artigo. Em primeira aproximação, o reconhecimento de que as três formulações foram respondidas no sentido de reconhecer, para além dos paradigmas teóricos, em que a Teoria Neoliberal Institucionalista das Relações Internacionais sobressai como corrente promissora de análise num mundo despolarizado, o fato de que tanto em abordagem quantitativa como qualitativa, experimentadas ao longo do texto, comprovam a evidência de que as relações comerciais e outras do Brasil com os Estados Unidos são assimétricas em muitos aspectos, vindo a simetria aparecer e avançar nas relações entre o Brasil e China, bem como com outros países emergentes, entre os quais se destacam Índia, Indonésia, Coreia do Sul, África do Sul, Nigéria e Argélia; numa configuração internacional alternativa, no plano das relações comerciais, às assimetrias norte-americanas e seus arroubos hegemônicos, como, aliás, comprova a decla-

¹⁰ Poder de paridade de compra (PPP - Power Purchase Parity) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência. Ver: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDH>

ração do secretário de Estado norte-americano, John Kerry, chamando por duas vezes a América Latina de “quintal” dos Estados Unidos a quando de sua inquirição no Congresso americano com vistas a assumir a função que hoje exerce no governo de Barack Obama.

Todavia, sabe-se que a prudência é virtude necessária a estratégia brasileira de inserção competitiva no mercado internacional, pois, mesmo no que toca as relações com os Estados Unidos, os estudos especializados apontam para novas configurações onde a predominância de acordos simétricos e multilaterais entre os dois países parecem ser a tendência de peso, seja na dimensão hemisférica, sub-regional ou internacional, tudo em razão de que a política externa brasileira se orienta hoje pelas marcas de uma estratégia de afirmação, que tem por objetivo a inserção competitiva do Brasil nos espaços da economia internacional, sendo o mercado norte-americano indispensável às transações correntes de interesse nacional seja no sentido das exportações, importações, relações financeiras ou culturais.

Por outro lado, o avanço da análise terminou por demonstrar que o fim da bipolaridade trouxe benefícios para os países emergentes como demonstrado nas tabelas de quantificação do PIB, reservas internacionais, inflação, exportações, importações, formação bruta de capital, renda per capita e outros indicadores de desempenho econômico e social publicados pelo Banco Mundial tendo por escala de análise os países emergentes e os países desenvolvidos.

Ainda sobre os Estados Unidos, o estudo comprovou ser essa potência ainda dominada por estratégias de segurança que acabam repercutindo nas tratativas de seu comércio internacional, levando a que os desentendimentos com o Brasil e outros países sejam recorrentes. Pelo tempo em que essa potência militar dedicou-se as guerras localizadas e ainda o faz, um gigantesco complexo industrial militar foi construído e que hoje, certamente, pesa nas decisões desse país quanto às consequências de sua desativação, impondo o uso de mecanismos coercitivos que buscam obter vantagens que vão muito além dos ganhos mútuos da troca. Essa inércia política advinda dos tempos do conflito Leste-Oeste, funcionando tal qual um *path*

*dependence*¹¹, há que aguardar até que a mudança no paradigma industrial norte-americano seja orientada para outros rumos mais adequados a esta que é a era do pós-Guerra Fria.

Referências

- World Development Indicators*. (25 de Julho de 2013). Acesso em 25 de Julho de 2013, disponível em Banco Mundial Brazil:
<http://databank.worldbank.org/data/views/reports/tableview.aspx>
- ALBUQUERQUE, J. A. (2006). Os desafios de uma ordem internacional em transição. In: H. A. (Org.), *Relações internacionais do Brasil. Temas e agendas*. (p. 35 a 55). São Paulo: Saraiva.
- ALMEIDA, P. R. (2006). As relações do Brasil com os Estados Unidos em perspectiva histórica. In: R. A. Paulo Roberto de ALMEIDA, *Relações Brasil-Estados Unidos. Assimetrias e convergências* (p. 14 a 40). São Paulo: Saraiva.
- AMARAL, G. G. (04 de 09 de 2012). *A Ascensão Pacífica da China: perspectiva para o século XXI*. Acesso em 27 de setembro de 2012, disponível em Anais 2011:
http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais2011/4_50.pdf
- BANDEIRA, L. A. (2009). *Geopolítica e política exterior : Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- BENACHENHOU, A. (2013). *Países emergentes*. Brasília: FUNAG.
- CERVO, A. L. (2008). *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva.
- CORRÊA, R. R., & SOUZA, C. A. (jul./dez. 2010.). O BANCO DA AMAZÔNIA E AS NOVAS DIMENSÕES DA GOVERNANÇA CORPORATIVA EM AMBIENTE DE CRISE FINANCEIRA GLOBAL. *Amazônia: Ciência & Desenvolvimento* v. 6, n. 11,, 27-47.
- HIRST, M. (2006). Os cinco "As" das relações Brasil-Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação. In: A. C. Henrique ALTEMANI, *Relações internacionais do Brasil. Temas e agendas*. V. 1 (p. 91 a 128). São Paulo: Saraiva.
- JOHNSON, C. (2007). *Blowback: os custos e as consequências do império americano*. Rio de Janeiro: RECORD.

¹¹ Caminho ou trajetória dependente. Enuncia a visão pela qual o desenvolvimento institucional é dependente de escolhas realizadas no passado e que, uma vez realizadas, influenciam o comportamento futuro e, por isso, consequências não intencionais.

- LIMA, T. (2009). Segurança e livre comércio: a política comercial dos Estados Unidos para a América Latina . In: L. F. (Org.), *De Clinton a Obama: política dos Estados Unidos para a América Latina* (p. 93 a 107). São Paulo: UNESP.
- LYRIO, M. C. (2010). *A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos*. Brasília: FUNAG.
- MARCONI, N. (Jan/Abr de 2013). O desempenho do comércio exterior brasileiro no período pós-crise. *Boletim de economia e política internacional*, p. 35 a 56.
- OLIVEIRA, H. A. (2006). O Brasil e a Ásia. In: H. A. (Org.), *Relações internacionais do Brasil v.1* (p. 169 a 210). São Paulo: SARAIVA.
- SANTOS, B. d. (2011). *Portugal: ensaio contra a autoflagelação*. São Paulo: CORTEZ.
- SARAIVA, J. F. (2006). À busca de uma nova sociedade internacional: teoria e prática das relações internacionais no início do século XXI. In: H. ALTERMANI, & A. C. LESSA, *Relações internacionais do Brasil v.1* (p. 57 a 88). São Paulo: SARAIVA.
- SARFATI, G. (2005). *Teoria das relações internacionais*. São Paulo : Saraiva.
- SILVA, A. R. (2012). *A indústria mineral no Pará*. Belém: Do Autor.
- TSEBELIS, G. (1990). *Nested Games. Rational Choice in Comparative Politics*. Los Angeles, Califórnia.: TSEBELIS, George. 1990. NesUniversity of California Press.